



Prefeitura Municipal de Maricá

[illegible]



Processo nº 24421

Data do início: 21 / 12 / 20

Publica: *h* Fls. *02*

Nº DO PROCESSO	0024421/2022	DATA DE ENTRADA	21/12/2022 17:39:09
SETOR DO USUÁRIO GERÊNCIA DE ATENDIMENTO (CENTRO)			

COMPLEMENTO
A. S. ESPINDOLA CONSTRUÇÕES E REFORMAS

REQUERENTE
A S ESPINDOLA CONSTRUÇÕES E REFORMAS

TELEPHONE
(21) 2626-3043

CORREIO ELETRÔNICO (EMAIL)

[illegible]

USUÁRIO DA CRIAÇÃO DO PROCESSO
111096-ISABELLE PIÑA--ASSESSOR 3 - AS 3



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Maricá

REQUERIMENTO GERAL

Dados do Requerente :

NOME DO REQUERENTE / RAZÃO SOCIAL			
A.S. Espindola Construções e Reformas LTDA			
RG Nº (PESSOA FÍSICA)	ORGÃO	DATA DE EMISSÃO	CPF / CNPJ
			24.244.963/0001-21
ENDEREÇO / CEP			
Rua Da. March, nº 454, Barreto, Intercl/Rj - Cep. 24110-051			
TELEFONE		E-MAIL	
(21) 2421-1812		umiaocont@bol.com.br	

Dados do Processo:

REGISTRO IPTU	INSCRIÇÃO MERCANTIL

Solicitação do Processo :

ASSUNTO
Recurso em processo licitatório
DESCRIÇÃO
<p>Trata-se de recurso administrativo em processo de licitação realizada na modalidade Pregão Presencial para registro de preços para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, englobando adequações das unidades escolares e administrativas da Secretaria Municipal de Educação, com fornecimento de materiais, mão e obra e equipamentos. A empresa recorrente foi a primeira colocada.</p>

ASSINATURA :	DATA :
Lucas Alcantara de Bragança	21/12/2022



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

Processo nº 24421

Data do início: 21 / 12 / 22

Rubrica: 8 Fls. 05

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 24.274.963/0001-41 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 29/02/2016
---	---	--------------------------------

NOME EMPRESARIAL A. S. ESPINDOLA CONSTRUÇÕES E REFORMAS LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) ADJ CONTRUÇÕES E REFORMAS	PORTE EPP
---	--------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 41.20-4-00 - Construção de edifícios

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 38.11-4-00 - Coleta de resíduos não-perigosos 38.39-4-99 - Recuperação de materiais não especificados anteriormente 39.00-5-00 - Descontaminação e outros serviços de gestão de resíduos 42.11-1-01 - Construção de rodovias e ferrovias 42.12-0-00 - Construção de obras de arte especiais 42.13-8-00 - Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas 42.21-9-01 - Construção de barragens e represas para geração de energia elétrica 42.21-9-03 - Manutenção de redes de distribuição de energia elétrica 42.22-7-01 - Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação 42.99-5-99 - Outras obras de engenharia civil não especificadas anteriormente 43.13-4-00 - Obras de terraplenagem 43.21-5-00 - Instalação e manutenção elétrica 43.22-3-02 - Instalação e manutenção de sistemas centrais de ar condicionado, de ventilação e refrigeração 43.30-4-04 - Serviços de pintura de edifícios em geral 43.30-4-05 - Aplicação de revestimentos e de resinas em interiores e exteriores 43.99-1-05 - Perfuração e construção de poços de água 46.64-8-00 - Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso odonto-médico-hospitalar; partes e peças 47.42-3-00 - Comércio varejista de material elétrico 47.44-0-99 - Comércio varejista de materiais de construção em geral 47.81-4-00 - Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada
--

LOGRADOURO R DR. MARCH	NÚMERO 457	COMPLEMENTO *****
---------------------------	---------------	----------------------

CEP 24.110-651	BAIRRO/DISTRITO BARRETO	MUNICÍPIO NITEROI	UF RJ
-------------------	----------------------------	----------------------	----------

ENDEREÇO ELETRÔNICO UNIAOCONT@BOL.COM.BR	TELEFONE (21) 2721-1814
---	----------------------------

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****
--

SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 29/02/2016
-----------------------------	--

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
----------------------------	------------------------------------

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 03/02/2022 às 15:18:58 (data e hora de Brasília).

Página: 1/2

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ

Processo nº 24421

Data do início: 21 / 12 / 22

Rubrica: 8 Fls. 06



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

Processo nº 24421

Data do início: 21

12 122

Rubrica: *h*

Fls. 7

NUMERO DE INSCRIÇÃO 24.274.963/0001-41 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 29/02/2016
NOME EMPRESARIAL A. S. ESPINDOLA CONSTRUCOES E REFORMAS LTDA		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 49.23-0-02 - Serviço de transporte de passageiros - locação de automóveis com motorista 49.24-8-00 - Transporte escolar 70.20-4-00 - Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica 71.12-0-00 - Serviços de engenharia 71.19-7-01 - Serviços de cartografia, topografia e geodésia 71.19-7-02 - Atividades de estudos geológicos 77.39-0-99 - Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador 78.20-5-00 - Locação de mão-de-obra temporária 78.30-2-00 - Fornecimento e gestão de recursos humanos para terceiros 81.21-4-00 - Limpeza em prédios e em domicílios 81.22-2-00 - Imunização e controle de pragas urbanas 81.29-0-00 - Atividades de limpeza não especificadas anteriormente 81.30-3-00 - Atividades paisagísticas 85.99-6-04 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial 91.02-3-02 - Restauração e conservação de lugares e prédios históricos 95.21-5-00 - Reparação e manutenção de equipamentos eletroeletrônicos de uso pessoal e doméstico		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresaria Limitada		
LOGRADOURO R DR. MARCH	NUMERO 457	COMPLEMENTO *****
CEP 24.110-651	BAIRRO/DISTRITO BARRETO	MUNICÍPIO NITERÓI
UF RJ		ENDEREÇO ELETRÔNICO UNIAOCONT@BOL.COM.BR
TELEFONE (21) 2721-1814		ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 29/02/2016
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 03/02/2022 às 15:18:58 (data e hora de Brasília).

Página: 2/2



**EXMA. SRA. DRA. PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DO
MUNICÍPIO DE MARICÁ - RJ.**

Ref. Pregão Presencial n. 16/2022

Proc. N. 14241/2021

Natureza: Recurso de Licitação.

Recorrente: A.S Espindola Construções e Reformas LTDA

A. S. ESPINDOLA CONSTRUÇÕES E REFORMAS LTDA,
pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n. CNPJ:
24.274.963/0001-41, vem por seu advogado abaixo assinado, interpor o
presente Recurso Administrativo¹ com pedido de providencias pelos fatos e
fundamentos abaixo expostos.

Do Direito a Petição

A presente petição encontra-se fundamentada no direito a
petição² previsto em Nossa Constituição da Republica Federativa do Brasil de

¹ O prazo para interpor recurso na modalidade "Pregão" é de apenas 3 (três) dias corridos, como consta do inciso XVIII, do Artigo 4º, da Lei 10.520/02. Notem que só poderá utilizar do direito de recurso o licitante que se manifestar, de forma motivada, quando da comunicação do vencedor.

Recurso impetrado contra decisão administrativa, por servidor ou terceiro legitimado nos termos da Lei de Processo Administrativo Federal, Lei nº 9.784/99, com o condão de submeter a questão suscitada a reavaliação, tanto em aspectos legais quanto de mérito.

² Art. 5: XXXIV - são a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas:

a) o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder;

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ

Processo nº 24421

Data do início: 21 / 12 / 22

Rubrica: h Fls. 2

1988, bem como o direito a ampla defesa e contraditório³, também previstos em nossa CRFB de 1988, mesmo que no presente caso, tenham sido suprimidos conforme verificaremos abaixo, assim como na lei de processos administrativos⁴ e legislações e princípios peninentes ao presente caso.

Do Resumo Fático

Trata-se de recurso de licitação realizada na modalidade de Pregão Presencial para registro de preços para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, englobando adequações das unidades escolares e administrativas da Secretaria Municipal de Educação, com fornecimento de materiais, mão de obra e equipamentos, conforme especificações e condições expressas no termo de referência e edital licitatório.

Na última sessão de licitação realizada em 19 de dezembro de 2022, a empresa recorrente, nomeada, foi a primeira colocada na fase de lances, contudo, não conseguiu atingir o percentual exigido no edital, em razão de uma exigência excessiva no edital de licitação.

Repita-se: a empresa recorrente foi a primeira colocada.

Assim, inabilitando a empresa recorrente do certame, com certeza, não acarretar e inconstituirá prejuízo aos cofres públicos;

³ Art. 5. LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;

⁴ Art. 2º A Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência.

Nota-se que a licitação realizada no dia 19 de dezembro de 2022

sopesando que as exigências são excessivas, podendo acarretar em sanções cíveis, penais e administrativas aos seus gestores.

Da Fundamentação das Decisões Administrativas

Sabemos que Administração Pública é regida por princípios vinculatórios e discricionários para que não haja pessoalidade de desproporcionalidade nas adoções de decisões administrativas, evitando assim, a descontinuidade dos serviços.

No mesmo sentido, sabemos que as inovações emergidas pela Lei de Introdução as Normas de Direito Brasileiro (LINDB)⁵ ponderou os atos emanados pela Administração Pública

Na citada Lei, em seu artigo 20, prevê:

“Nas esferas administrativa, controladora e judicial, não se decidirá com base em valores jurídicos abstratos sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão.

Parágrafo único. A motivação demonstrará a necessidade e a adequação da medida imposta ou da invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa, inclusive em face das possíveis alternativas.”

⁵ LEI Nº 13.655, DE 25 DE ABRIL DE 2018.

Nesse artigo, podemos observar que as decisões administrativas não poderão se basear em fatos abstratos e que a motivação deverá ser demonstrada para que seja comprovada a necessidade do ato.

Neste passo, ao desclassificar a empresa, o responsável pelo certame licitatório não fundamentou sua decisão de forma cabível, cabendo ao Representante propor o presente recurso.

Esse Recurso tem como objetivo o certame licitatório não se faz apropriado, pois em todo certame licitatório estão presentes pressupostos de interesse público, fazendo com que qualquer pessoa ou interessado possa emergir qualquer colisão com esses princípios.

Caso seja mantida a presente licitação, com a inabilitação da empresa, certamente princípios citados no presente recurso serão olvidados, pois o que se requer é assegurar princípios constitucionalmente garantidos como as legislações atinentes ao caso.

Princípios como a livre participação em certames licitatório razoabilidade, isonomia, impessoalidade, economicidade, melhor proposta para a Administração e demais atinentes ao caso.

Trata-se aqui de procedimento licitatório que a empresa fora desclassificada sem fundamentação e com base em excessos nos requisitos de habilitação, impedindo assim, talvez uma economia maior para os cofres públicos.

A descumprimento de qualquer empresa obrigatoriamente vai surtir efeitos na economia que os cofres públicos poderiam realizar, bem como, na infração dos princípios emergidos nessa peção.

Na busca de tutelar o direito público, a representante expôs os fatos acontecidos em um procedimento licitatório que poderá emergir prejuízos e renúncia de princípios insculpidos em nossa legislação.

O que se pretende com o recurso é apenas tutelar o direito público, cientificando a possível ocorrência de transgressão da legislação vigente bem como de princípios que regem o procedimento licitatório e a Administração Pública.

Do Processo Licitatório

Licitação são os procedimentos administrativos aplicados pela Gestão Pública e por instituições, apontadas pela norma jurídica com o intuito de escolher a proposta mais vantajosa através de parâmetros claros e impessoais para a execução de contratos.

Tais procedimentos abertos pelos entes públicos possui como principais objetivos deste processo no artigo 3º da Lei 8.666/1993 que são: a) garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, b) selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e c) promover o desenvolvimento nacional sustentável.

Mello (2005, p. 483), conceitua licitação como:

Licitação - em suma síntese - é um certame que as entidades governamentais devem promover e no qual abrem disputa entre os interessados em com elas travar determinadas relações de conteúdo patrimonial, para escolher a proposta mais vantajosa às conveniências públicas. Estriba-se na ideia de competição, a ser travada isonomicamente entre os que preencham os atributos e aptidões necessários ao bom cumprimento das obrigações que se propõem assumir.

Diante diversos conceitos de licitação em lições nas doutrinas, vale ressaltar a importância sobre suas principais características e objetivos que são o compromisso com a proposta mais vantajosa com Poder Público e a proposição de equivalentes possibilidades ao público, de poderem participar de contratações pela Administração.

O dever de licitar surge através do dispositivo constitucional exposto no artigo 37 inciso XXI da Constituição da Republica Federativa do Brasil de 1988 que contém o seguinte texto:

Art. 37 - A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Importante salientar que nos artigos em que a Constituição zela pela obrigatoriedade da licitação anteposta aos contratos, não distingue empresas públicas e sociedade de economia mista prestadoras de serviços públicos ou aquelas que possuem atividades econômicas, assim, estão obrigadas a licitar.

Conforme exposto utiliza-se a licitação em todas as condutas de compromisso com ente público, seja ele compras de bens ou serviços.

Sabemos que a licitação tem como objetivo assegurar a honestidade das ações administrativas e das condutas da Administração Pública, além de reconhecer a independente resolução de igualdade na oferta de oportunidade de conceder um serviço, bem como de adquirir ou comercializar com o Poder Público.

No presente caso, esses princípios apenas serão observados caso a empresa não fosse desclassificada de forma abrupta e sem fundamento da decisão que ensejou o presente recurso.

A presente licitação deveria atender os princípios constitucionais da isonomia, legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e demais atinentes ao caso.

No ato de desclassificar a empresa e impedir que ela participasse das fases vindouras no procedimento licitatório, esses princípios foram renunciados pela Administração.

O princípio da impessoalidade que rege os procedimentos licitatórios é uma caracterização do princípio da igualdade relativo à Administração Pública que está inscrito no caput do Artigo 5º da CRFB e também no caput do artigo 37 onde especificou os princípios extensivos dos mecanismos administrativos.

Deste modo, no procedimento licitatório, não se deve julgar ou adotar medidas que infringem esse princípio, oportunizando a todos os participantes um julgamento justo e impessoal.

No presente processo licitatório não pode ser diferente, aqueles que participaram do certame devem ser tratados com plena isenção, sem animosidades pessoais ou predileção.

O princípio da isonomia, inerente a procedimentos licitatórios, visa garantir a equidade de direitos aos envolvidos que participam do processo licitatório.

Através do inciso XXI do Artigo 37 da Constituição Federal e do inciso I do parágrafo 1º do artigo 3º da Lei 8.666/1993, o princípio da isonomia impede a inserção de qualquer situação que delimite a qualidade competitiva da licitação, obstruindo assim a implantação de predileções ou discrepâncias em razão da naturalidade, sede ou domicílio dos licitantes.

Neste caso, impedindo a representante de prosseguir nas fases da licitação por exigência manifestamente descabida e excessiva, certamente mais esse princípio estará sendo renunciado pela Administração.

Neste diapasão, outro princípio violado com a desclassificação da empresa, é o princípio da probidade administrativa e moralidade.

Observamos que esses princípios preservam o interesse público na defesa do acervo da coletividade, requerendo que o administrador público regre sua atuação pautado na ética e na moral sempre objetivando o bem comum.

Assim, a improbidade administrativa, normatizada pela legislação vigente, é conceituado com o ato ilegal, praticado por agentes públicos que fere os princípios básicos da administração pública, cometido no exercício de sua função.

Presente também no caso concreto, a colisão frontal com o princípio da razoabilidade que prevê em alguns casos que o administrador público atue com certa liberdade de escolhas e discernimento, podendo analisar o interesse e a oportunidade da deliberação que objetiva aplicar.

Nestas situações, determina-se o cumprimento do preceito da razoabilidade, já que o gestor deve sempre buscar o senso comum da sociedade. Não seria de bom tom conceber a legitimidade de uma decisão tomada contra os anseios da sociedade.

Portanto, desclassificando a empresa, certamente esse princípio foi violado, bem como, com base nesse princípio, caso, o responsável pelo certame suscitasse alguma dúvida sobre a documentação apresentada, poderia de forma contudente diligenciar, buscando essa documentação e dirimindo essa dúvida de forma a perseguir esse princípio na escolha da melhor proposta para o Órgão.

Como desdobramento do princípio da razoabilidade, a proporcionalidade sujeita o administrador público a abster-se de desempenhar atividades além daqueles imprescindíveis para o bom andamento da finalidade pública almejada.

Neste caso, toma-se como desproporcional a medida de desclassificação da empresa, no momento em que poderia de alguma forma sanar a dúvida encontrada sem que a empresa fosse desclassificada e buscando sempre a melhor proposta para a Administração.

Na modalidade escolhida pelo Órgão, pode-se destacar a maior transparência nestes processos, a ampliação da concorrência com o aumento de participantes e das oportunidades de negócio, garantia de economia instantânea nas compras de bens e serviços comuns, mais celeridade nas aquisições, já que o processo é mais simplificado.

Essa modalidade visa aumentar a concorrência e autoriza à Administração Pública a conquista de menores preços em licitações, e ainda, este formato viabiliza uma maior concentração, flexibilização e desburocratização do processo licitatório.

Entendemos que a escolha dessa modalidade pela Administração esteja diretamente ligada com os princípios acima citados, no caso, o da flexibilização e desburocratização do processo licitatório.

Contudo, esses princípios não foram observados com a desclassificação de uma empresa que possuía a documentação exigida na fase da habilitação.

Conforme já exposto, caso houvesse alguma dúvida pelo responsável do certame licitatório, a Lei autoriza que o mesmo dirima essa dúvida, como forma de flexibilizar o procedimento imposto.

O que no presente caso, não foi feito.

Na fase de habilitação jurídica, esta fundamenta-se na autenticação da habilitação jurídica, da regularidade fiscal, da qualificação técnica e da qualificação econômico-financeira, motivando assim a real disponibilidade financeira e a real capacidade operativa dos proponentes.

Para assegurar que a concorrência seja eficaz, a lei das licitações impede qualquer condição que seja além das necessidades, pois exigências supérfluas proporcionaria uma orientação da licitação favorável a algum participante.

A exigência excessiva de critérios na habilitação, pode e deverá ser considerada como restrição a participação do certame, bem como, um possível direcionamento.

Vejamos na decisão do TCU:

"o direcionamento na descrição do objeto caracteriza-se pela inserção, no instrumento convocatório, de características atípicas dos bens ou serviços a serem adquiridos (...) Para mitigar tal risco, é indispensável atentar para a lição contida no Acórdão 2.383/2014-TCU-Plenário.

O certame licitatório destina-se, conforme dispõe o art. 3º da Lei nº 8.666/1993, a garantir que a proposta mais vantajosa seja selecionada pela Administração. Essa seleção deve ser julgada em conformidade com o princípio da vinculação ao instrumento convocatório. Durante a seleção, a comissão de licitação deverá ter cautela para não infringir os princípios licitatórios.

O Tribunal de Contas da União posiciona-se com voz firme contra o excesso de formalismo:

As exigências para o fim de habilitação devem ser compatíveis com o objeto da licitação, evitando-se o formalismo desnecessário.

Caberia, no máximo, por parte da instituição promotora da licitação "promover diligência destinada a esclarecer a questão, indagando da existência e utilização ou não de menores, aprendizes", o que não configuraria irregularidade, qualquer que fosse a resposta obtida. Por conseguinte, votou pelo provimento dos recursos de revisão intentados, e, no ponto, pela rejeição das justificativas

apresentadas pelos responsáveis envolvidos, levando o fato em consideração para votar, ainda, pela irregularidade das contas correspondentes, sem prejuízo de aplicação de multa, o que foi aprovado pelo Plenário. Precedente citado: Acórdão no 7334/2009 – 2a Câmara.1

Em acórdão deste ano, o TCU novamente fez um alerta a respeito da necessidade de ocorrer flexibilização nas regras de editais de licitação, já que é uma medida benéfica, sem a incidência de burla à lisura do certame.

Salienta-se também que, quando há situações nesse sentido, o TCU costuma orientar os gestores a interpretar o edital sob a perspectiva da proporcionalidade e da razoabilidade, a fim de possibilitar o maior número possível de concorrentes.

Sabemos que é de extrema relevância que não se confunda o princípio do procedimento formal com excesso de formalismo inútil e desnecessário.

Princípio do procedimento formal, pelo qual a licitação caracteriza ato administrativo formal (art. 4º, parágrafo único, Lei nº 8.666/93), na fase de habilitação, jamais deve ser confundido com o do formalismo exagerado, que ocorre quando a postura da Administração evidencia-se por exigências inúteis e desnecessárias.

Determinadas exigências na fase da habilitação como requisito para preencher capacidade técnica e econômica, por exemplo,

maculam o procedimento licitatório por ofender os princípios constitucionais e administrativos, ocasionando a anulação do certame.

Observa-se a relevância da temática, uma vez que as exigências consideradas desnecessárias na fase da habilitação por restringirem o caráter competitivo da licitação, muitas vezes direcionam o procedimento para determinada empresa. A Administração Pública por vezes se utiliza dessa estratégia com intenção fraudulenta, ocasionando na anulação do certame por vício de ilegalidade.

A Administração Pública exige documentos que demonstram a capacidade técnica e econômico-financeira de forma abusiva, o que, por vezes, caracteriza direcionamento na escolha do vencedor, além de comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo da licitação.

Os requisitos são elencados de forma taxativa pela Lei nº 8.666/93, sendo, portanto, vedada a criação de exigências não constantes na norma. Todavia, o Tribunal de Contas da União tem encontrado de forma corriqueira exigências como "visto" em Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (CREA) do local de realização de obra, como condição para participação de empresa na respectiva licitação e a obrigação de existência de profissionais no quadro permanente da empresa para fins de habilitação. As Cortes de Contas consideram que determinadas exigências de capacidade técnica e econômico-financeira são ilegais.

No que diz respeito à documentação exigida, o art. 27 da referida Lei 8.666/93 determina que os interessados devem demonstrar: (I) a habilitação jurídica, (II) a qualificação técnica, (III) a qualificação

econômico-financeira, (IV) a regularidade fiscal e trabalhista, e o (V) cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, referente à proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

Esses documentos têm a finalidade de comprovar a personalidade jurídica, a aptidão profissional, a capacidade de satisfazer os encargos econômicos e saber se o participante está cumprindo tanto com suas obrigações fiscais federais, estaduais e municipais, quanto com seus débitos trabalhistas.

Acerca dos critérios de habilitação, a Constituição Federal no art. 37, inciso XXI, permite que sejam feitas somente "(...) exigências de qualificação técnica e econômica capazes de assegurar o cumprimento das obrigações". Desse modo, a Administração Pública não deve formular requisitos excessivos que acabam desviando do objetivo principal do certame, afinal as imposições devem ser pautadas visando o interesse público. Ademais, as exigências desnecessárias à garantia da obrigação tornam o procedimento licitatório mais formalista e burocrático, além de infringir o artigo supracitado (DI PIETRO, 2013, p. 424).

Conforme entendimento do Tribunal de Contas da União, as exigências habilitatórias não podem exceder os limites da razoabilidade, além de não ser permitido propor cláusulas desnecessárias e restritivas ao caráter competitivo. Elas devem fixar apenas o necessário para o cumprimento do objeto licitado.

E ainda, Outrossim, a Administração tem a finalidade de garantir maior competitividade possível à disputa, e por esse motivo, a Lei nº 8.666/93 proíbe qualquer condição desnecessária. Exigências consideradas supérfluas podem indicar o direcionamento da licitação para favorecer determinadas pessoas ou empresas. Por essa razão, admite-se tão somente que sejam exigidos os documentos estabelecidos nos artigos 27 a 31 da Lei nº 8.666/93.

Nos casos em que o órgão da administração exige uma documentação exorbitante e desnecessária à comprovação da habilitação, acaba ocasionando na diminuição do número de interessados no certame e a Administração Pública perde a chance de alcançar seu objetivo, que é adquirir o produto ou serviço de melhor qualidade pelo menor preço.

A exigência de que as empresas interessadas possuam vínculo empregatício, por meio de carteira de trabalho assinada, com o profissional técnico qualificado demonstra-se excessiva e limitadora à participação de eventuais interessados no certame. O necessário para a Administração é que o profissional esteja em condições de desempenhar seus serviços no momento da execução de um possível contrato.

Numa busca rápida na jurisprudência do Tribunal de Contas da União é possível levantar várias decisões determinando a glosa das despesas decorrentes do uso indevido de cláusulas restritivas, que acabam por alijar do processo licitatório potenciais interessados.

O TCU entende irregular a delimitação pelo edital de tipologia específica de obras para fins de comprovação de capacidade técnica

de licitante, devendo ser admitida a apresentação de atestados que demonstrem a realização de empreendimentos de natureza similar ao objeto licitado, vejamos:

"Como se observa, o edital restringiu a comprovação da experiência das licitantes a uma tipologia de obra específica, no caso rodovia, e mais, delimitou a aceitação dos atestados a um tipo definido de contrato, no caso gestão ambiental, ou seja, que os serviços de supervisão, assessoramento e execução de programas ambientais tivessem sido realizados no âmbito de contratos na área de gestão ambiental, sem, contudo, apresentar qualquer justificativa para tais restrições. No caso, não se vislumbram motivos para afastar a comprovação da capacidade técnica das empresas mediante serviços similares executados em outras obras lineares, a exemplo das ferroviárias e das hidroviárias, e nem mesmo que os contratos fossem exclusivamente de gestão ambiental.

Tal imposição se mostra contrária à legislação vigente, art. 3º, § 1º, inciso I, da Lei 8.666/1993, e a jurisprudência dessa Corte de Contas, a exemplo dos Acórdãos 1.839/2007, 1.502/2009 e 1.733/2010, todos do Plenário".

Observado as irregularidades na licitação, como as descritas, pode ocorrer a anulação se o ato restringir a competição frustrando a licitação. A anulação pode ser decidida quando o procedimento licitatório possuir vício de legalidade, se inobservadas as regras contidas nos editais ou desrespeitar os postulados normativos. Pode ainda ser decretada pela própria Administração (art. 49 da Lei nº 8.666/93) conforme demonstrado que o vício presente no processo é insanável e há lesividade ao erário.

Essa exigência não é limitada pela Constituição, que prevê que devem se ater àqueles indispensáveis, evitando exigências meramente formais e desmesuradas que restringem a participação dos licitantes. Também há a incidência de limitações apontadas pela doutrina e pelo TCU.

A relação da documentação possível de ser exigida pela Administração a título de qualificação econômico-financeira está relacionada no art. 31, da lei 8.666/93. Justen Filho (2012, p. 341) considera que "a qualificação econômico-financeira corresponde à disponibilidade de recursos econômico-financeiros para a satisfatória execução do objeto da contratação."

O dispositivo legal evidencia em seu texto algumas possibilidades de atuação discricionária da Administração no estabelecimento de requisitos de habilitação econômico-financeira pela utilização das expressões "limitada a 1% (um por cento)" (art. 31, III), "poderá estabelecer" (art. 31, §2º) e "poderá ser exigida" (art. 31, §4º).

Desta forma, a escolha dos índices deve levar em conta parâmetros técnicos e estar sempre justificada, para evitar que sirvam ao propósito de direcionar a licitação.

Assim, a empresa, ao apresentar todas as documentações necessárias exigidas na legislação será considerada apta na fase de habilitação e passará para a fase seguinte.

Da Revogação do Ato de Desclassificação

BRAGANÇA

Advogados Associados

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAGANÇA

Processo nº 24426.

Data de emissão: 21 / 12 / 22

Rubrica

26

No momento em que ocorra fato capaz de sobrevir e que não dê condições à licitação de prosseguir ao atendimento do interesse público, ou, conclui-se que, na circunstância, a execução do processo de licitação, foi cometido alguma falta a norma, a licitação será revogada ou, neste último caso, anulada.

No entanto, a anulação é a invalidação da licitação por motivo de ilegalidade, ao passo que a revogação ocorre quando, em razão do acontecimento de fato incidental, o processo se mostrar inapropriado à execução do interesse público.

Esse poder administrativo está descrito na súmula 473 do Supremo Tribunal Federal:

A Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os torne ilegais, porque deles não se originam direitos, ou revogá-los, por motivo de conveniência e oportunidade, respeitados os direitos adquiridos e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

O artigo 49 da Lei das Licitações, discorre que ocorrido o ato inesperado que fundamente a revogação do certame licitatório, como forma de garantir o interesse público, a revogação passa a ser obrigatória.

Deste modo, anular, no instante em que possa acontecer alguma irregularidade durante a realização de seu processo. Assim sendo, nos dois casos, torna-se necessária a revogação ou anulação da licitação.

Av. Getúlio Vargas, 221, Sala 711, Centro, Araruama, RJ

bragancadvogado@gmail.com

(22) 98851-6955

No presente caso, o que pretende junto é a suspensão do procedimento licitatório, pelos fatos e fundamentos acima expostos, para que ao final, o ato administrativo, seja revogado, e conceda a empresa a oportunidade de continuar nas fases seguintes do certame, perseguindo assim os princípios do interesse público e demais citados no presente recurso.

IX - Dos Pedidos

Por todo exposto é a presente para requerer, o recebimento da presente petição, para:

- a) Ser provido o presente recurso, sopesando os fatos e fundamentos acima expostos, para ao final, seja declarada a Representante apta para prosseguir nas vindouras fases do procedimento licitatório em questão;
- b) A oitiva dos demais participantes;
- c) A produção de provas em direito admitidas como fito de produzir material probatório do alegado;
- d) Requer ainda que as publicações e intimações saiam em nome dos advogados Rafael Rodrigues de Andrade e Lucas Alcântara de Bragança, ambos com escritório profissional

BRAGANÇA

Advogados Associados

situado na Avenida Getúlio Vargas, 221, sala
711, Centro, Araruama/RJ.

Nestes Termos

Pede Deferimento

Rio de Janeiro (RJ), 20 de dezembro de 2022.

Lucas Alcântara de Bragança
OAB/RJ - 205.971

Rafael Rodrigues de Andrade
OAB-RJ - 148.071

COPIA DIGITALizada
LUCAS ALCANTARA DE BRAGANCA
A autenticidade desta cópia pode ser verificada em
https://brasil.org.br/validar-digital



SEMPRO

Av. Getúlio Vargas, 221, Sala 711, Centro, Araruama, RJ

bragancadvogado@gmail.com


(22) 98851-6955

PROCURAÇÃO AD JUDICIA ET EXTRA

PROCURAÇÃO AD JUDICIA ET EXTRA
Processo nº 24421
Data de emissão 21/12/22
Folha nº 29

Pelo presente instrumento particular de mandato, de um lado, denominado outorgante **A. S. ESPINDOLA CONSTRUÇÕES E REFORMAS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n. CNPJ: 24.274.963/0001-41, com sede na Rua Dr. March, 457, Barreto, Niterói - RJ, neste ato representado por seu procurador **CASSIO HENRIQUE TEXEIRA DOS SANTOS**, brasileiro, inscrito na carteira de identidade sob o n. 5056009219 SSP/RJ e CPF sob o n. 979.285.690-00, nomeia e constitui seus bastantes procuradores **RAFAEL RODRIGUES DE ANDRADE**, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil seccional Rio de Janeiro sob o n. 148.076 e **LUCAS ALCANTRA DE BRAGANÇA**, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil seccional Rio de Janeiro sob o n. 205.971, ambos com escritório profissional na Avenida Getúlio Vargas, 221, sala 711, Centro, Araruama - RJ, concedendo-lhe amplos poderes, inerentes ao bom e fiel cumprimento deste mandato, bem como para o foro em geral, conforme estabelecido no artigo 105 do Novo Código de Processo Civil, e os especiais para transigir, desistir, receber, dar quitação, firmar compromisso, assinar declaração de hipossuficiência econômica, firmar compromisso, substabelecer, receber intimações, praticar todos atos perante repartições públicas Federais, Estaduais e Municipais, órgãos da administração pública direta e indireta, praticar quaisquer atos perante particulares ou empresas privadas, incluindo bancos públicos ou privados, recorrer a quaisquer instâncias e tribunais, dando tudo por bom, firme e valioso, especialmente para representa-lo junto ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 14 de outubro de 2022.


CASSIO HENRIQUE TEXEIRA DOS SANTOS
CPF 979.285.690-00

AS ESPINDOLA CONSTRUÇÕES E REFORMAS LTDA
CNPJ 24.274.963/0001-41

Pag. 1/7

24421

21

12

20

h

31

**ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 04 – A.S. ESPINDOLA CONSTRUÇÕES
E REFORMAS LTDA**

CNPJ: 24.274.963/0001-41 NIRE:33.2.1142353-7

ADELFO SOUZA ESPINDOLA, brasileiro, casado sob regime de comunhão parcial de bens, empresário, portador da carteira de identidade nº 04.609.975-0 expedida pelo IFP-RJ e do CPF nº 518.319.107-72, residente e domiciliado na Rua Alvares Neves, nº 58, casa 03, Fonseca, Niterói, RJ - CEP: 24.130-360 e CAROLINA RAMOS MORAES, brasileira, solteira, engenheira, portadora da carteira de identidade nº 26.817525-4 expedida pelo DIC-RJ e inscrita no CPF nº 143.882.397-55, residente e domiciliada na Rua Coronel Moreira Cesar, nº 322, bloco B, Apto 203, Icaraí, Niterói, RJ - CEP: 24.230-064. Únicos sócios da firma acima citada registrada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro, sob o Nire nº 33.2.1142353-7 e inscrita no CNPJ sob o nº 24.274.963-0001-41, com sede e domicílio na Rua Drº March, nº 457, Barreto, Niterói, RJ - CEP: 24.110-651, decidem alterar o seu contrato social, conforme cláusulas abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO SOCIAL – EXCLUSÃO DE ATIVIDADES

Neste ato e por este instrumento os sócios administradores resolvem excluir a seguinte atividade econômica:

38.39-4-99 - Recuperação de materiais não especificados anteriormente.

Em função da alteração acima resolvem consolidar o contrato social, que passa a vigorar com a seguinte redação.

**CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO
A.S. ESPINDOLA CONSTRUÇÕES E REFORMAS LTDA**

CNPJ: 24.274.963/0001-41 NIRE:33.2.1142353-7

ADELFO SOUZA ESPINDOLA, brasileiro, casado sob regime de comunhão parcial de bens, empresário, portador da carteira de identidade nº 04.609.975-0 expedida pelo IFP-RJ e do CPF nº 518.319.107-72, residente e domiciliado na Rua Alvares Neves, nº 58, casa 03, Fonseca, Niterói, RJ - CEP: 24.130-360 e CAROLINA RAMOS MORAES, brasileira, solteira, engenheira, portadora da carteira de identidade nº 26.817525-4 expedida pelo DIC-RJ e inscrita no CPF nº 143.882.397-55, residente e domiciliada na Rua Coronel Moreira Cesar, nº 322, bloco B, Apto 203, Icaraí, Niterói, RJ - CEP: 24.230-064.

NOME EMPRESARIAL, SEDE E DOMICÍLIO

Cláusula primeira - A sociedade gira sob o nome empresarial de A.S. ESPINDOLA CONSTRUÇÕES E REFORMAS LTDA, adota o nome fantasia de ADJ CONSTRUÇÕES E REFORMAS, com sede e domicílio na Rua Drº March, nº 457, Barreto, Niterói, RJ - CEP: 24.110-651.

FILIAIS E OUTRAS DEPENDÊNCIAS

Cláusula segunda - A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, no país ou no exterior, mediante alteração contratual assinada.

OBJETO SOCIAL

Cláusula terceira - A sociedade terá por objeto a exploração das atividades econômicas:

- 41.20-4-00 - Construção de edifícios
- 38.11-4-00 - Coleta de resíduos não-perigosos
- 39.00-5-00 - Descontaminação e outros serviços de gestão de resíduos
- 42.11-4-01 - Construção de rodovias e ferrovias
- 42.12-9-00 - Construção de obras de arte especiais

RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS

Clausula sexta - A responsabilidade dos sócios é restrita ao valor de suas quotas, mas responderão conjuntamente pela integralização do capital social, conforme dispõe o artigo 1.052 da Lei 10.406/2002.

ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE E USO DO NOME EMPRESARIAL

Cláusula sétima - A administração da sociedade cabe ao sócio **CAROLINA RAMOS MORAES** a quem compete praticar todos os atos pertencentes à gestão da sociedade com as poderes e atribuições de representação ativa e passiva, judicial e extrajudicial, perante órgãos públicos, instituições financeiras, entidades privadas e terceiros em geral, podendo obrigar a sociedade, abrir movimentar e encerrar contas bancárias, contratar e demitir pessoal, enfim praticar todos os atos necessários à consecução dos objetivos ou a defesa dos interesses e direitos da sociedade, autorizado o uso do nome empresarial isoladamente.

§ 1º É vedado o uso do nome empresarial em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio.

§ 2º Faculta-se ao administrador, atuando isoladamente, constituir, em nome da sociedade, procuradores para período determinado, devendo o instrumento de mandato especificar os atos e operações a serem praticado.

DECLARAÇÃO DE DESIMPEDEMENTO

Cláusula oitava - O administrador declara, sob as penas de lei, que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade.

RETRIBUIÇÃO PRO-LABORE

Clausula nona - Os sócios poderão fixar uma retribuição mensal, a título de "pró-labore", observadas as disposições regulamentares pertinentes.

EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PARTICIPAÇÃO DO SÓCIO NOS RESULTADOS

Cláusula décima - Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, a administradora prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e demais demonstrações contábeis requeridas pela legislação societária, elaboradas em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade, participando a sócia dos lucros ou perdas apuradas, na mesma proporção das quotas de capital que possuem na sociedade.

Parágrafo único. A sociedade poderá levantar balanços ou balancetes patrimoniais em períodos inferiores a um ano, e o lucro apurado nessas demonstrações intermediárias.

JULGAMENTO DAS CONTAS

Clausula décima primeira - Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, o sócio deliberará sobre as contas e designará administradores quando for o caso.

Parágrafo único. Até 30 (trinta) dias antes da data marcada para a reunião, o balanço patrimonial e o de resultado econômico devem ser postos, por escrito, e com a prova do respectivo recebimento, à disposição do sócio que não exerça a administração.



FALECIMENTO OU INTERDIÇÃO DOS SÓCIOS

Cláusula décima segunda - Falecendo ou interdito um dos sócios, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Parágrafo único. O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

REGÊNCIA SUPLETIVA

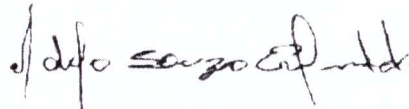
Clausula decima terceira - Os casos omissos deste contrato serão resolvidos pela aplicação dos dispositivos legais que regem este tipo societário e, supletivamente, pelas normas da Sociedade Anônima (Lei nº 6.404/1976), conforme faculta o § único do artigo 1.053 da Lei nº 10.406/2002.

FORO

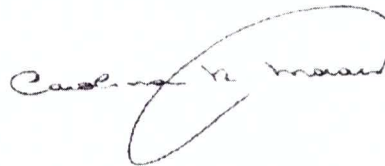
Clausula décima quarta - Fica eleito o foro de Niterói/RJ para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato, renunciando-se, expressamente, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estar assim, justo e contratado, data, lavra e assina o presente instrumento, obrigando-se fielmente por si e por seus herdeiros a cumpri-lo em todos os seus termos.

Niterói, 21 de setembro de 2022.



ADELFO SOUZA ESPINDOLA



CAROLINA RAMOS MORAES





IDENTIFICAÇÃO DOS ASSINANTES

CERTIFICO QUE O ATO DA A. S. ESPINDOLA CONSTRUÇÕES E REFORMAS LTDA, NIRE
33.2.1142353-7, PROTOCOLO 00-2022/753006-3, ARQUIVADO EM 28/09/2022, SOB O
NÚMERO (S) 00005111617, FOI ASSINADO DIGITALMENTE.

CPF/CNPJ	Nome
143.882.397-55	CAROLINA RAMOS MORAES

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ

Processo nº 24421

Data do início: 21 / 11 / 22

Rubrica: Fis. 37

28 de setembro de 2022

Jorge Paulo Magdaleno Filho
Secretário Geral

1/1

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: A. S. ESPINDOLA CONSTRUÇÕES E REFORMAS LTDA

NIRE: 33.2.1142353-7, PROTOCOLO 00-2022/753006-3, ARQUIVADO EM 28/09/2022, SOB O

CERTIFICADO DE REGISTRO EM 28/09/2022, SOB O NÚMERO (S) 00005111617, FOI ASSINADO DIGITALMENTE.

Autenticado em

Para Validar: [https://www.jucerja.org.br/validar](#)

Para Validar: [https://www.jucerja.org.br/validar](#) ou [https://www.jucerja.org.br/validar](#) ou [https://www.jucerja.org.br/validar](#)



JUCERJA

Pag. 7/7



RAFAEL ANTONIO DOS SANTOS

TABELIÃO E OFICIAL

Avenida Ernani do Amaral Peixoto, 500, loja 102, centro - Niterói/RJ - CEP: 24.020-077
Fones.: (021) 2622-9865 / 2622-2129 / 2719-9208 / 2719-7288 / 2719-7675

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ

Processo nº 24421
CARTÓRIO 4º OFÍCIO DE NITERÓI
Anderson Borges de Andrade do início: 21 / 12 / 2020
Substituto: [Assinatura] Rubrica: [Assinatura] Fis. 38
Metr. 94/13823

**PROCURAÇÃO BASTANTE
QUE FAZ: A.S. ESPINDOLA
CONSTRUÇÕES E REFORMAS LTDA,
na forma abaixo:**

Livro: 1382

Folha: 189

Ato: 108

Traslado

S A I B A M, quantos este público instrumento de procuração virem que aos quatro (04) dias do mês de outubro, do ano de dois mil e vinte e dois (2022), nesta Cidade de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, neste Cartório do 4º Ofício de Notas, com sede à Avenida Ernani do Amaral Peixoto nº 500, Loja 102, Centro e do qual é Titular. **RAFAEL ANTONIO DOS SANTOS, Notário e Oficial de Registro, conforme art. 2º da Lei nº 8935/94, e ato executivo nº 2997, publicado no Diário Oficial de 13-11-1998, perante mim ANDERSON BORGES DE ANDRADE, Substituto, matrícula nº 94/13823, conforme Lei Federal nº 8.935 de 18/11/1994, publicado no Diário Oficial de 21/11/1994, compareceu como outorgante: A.S. ESPINDOLA CONSTRUÇÕES E REFORMAS LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 24.274.963/0001-41, com sede na Rua Dr. March, nº 457, Barreto, Niterói/RJ, endereço eletrônico: não declarado, registrada Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro - JUCERJA, sob NIRE nº 33.2.1142353-7, que declara sob as penas da lei ser a última alteração contratual assinada e arquivada JUCERJA no protocolo nº 00-2022/753006-3, datado em 28/09/2022, sob o nº 00005111617, neste ato representada por sua sócia administradora: **CAROLINA RAMOS MORAES**, nascida em 12/01/1991, filha de Luiz Claudio Pedroza Moraes e Eledir Ramos Moraes, brasileira, solteira, engenheira, portadora da carteira nacional de habilitação nº 05234208947 expedida pelo DETRAN/RJ em 23/09/2021 e inscrita no CPF/MF sob o nº 143.882.397-55, residente e domiciliada na Rua Coronel Moreira Cesar, nº 322, bloco B, apto 203, Icaraí, Niterói/RJ, endereço eletrônico: não declarado. Reconhecido como o próprio por haver exibido os documentos hábeis, e pelo mesmo me foi dito, que por este público instrumento nomeia e constitui seu bastante procurador: **CASSIO HENRIQUE TEIXEIRA DOS SANTOS**, nascido em 23/10/1980, filho de Oswaldo Teixeira dos Santos e Maria Helena dos Santos, brasileiro, casado, arquiteto, portador da carteira nacional de habilitação nº 01221605952 expedida pelo DETRAN/RJ em 06/04/2021 e inscrito no CPF/MF sob o nº 979.285.690-00, residente e domiciliado na Rua Dr. Paulo César, nº 07, Ap. 1702-B, Icaraí, Niterói/RJ, endereço eletrônico: não declarado. A quem confere amplos e especiais poderes para representá-la junto BANCO DO BRASIL S/A, CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, BANCO SANTANDER S/A, BANCO BRADESCO S/A e BANCO ITAU S/A e/ou quaisquer outros bancos públicos ou privados aqui não mencionados, em quaisquer de suas agências, podendo neles abrir, movimentar e encerrar Contas Correntes individuais ou conjuntas, Cadernetas de Poupanças, e/ou quaisquer outras contas que venham a serem abertas pelo procurador, fazer depósitos e retiradas, fazer transferência, emitir, assinar, endossar, sustar e/ou resgatar cheques, requisitar saldos, extratos de contas, talões de cheques e suas posições acionárias, ordenar pagamentos por carta ou qualquer outro meio, requerer, retirar, bloquear e desbloquear cartões magnéticos, gravar senha, fazer cadastramento e recadastramento, fazer prova de vida, receber e dar quitação, negociar ou renegociar dívidas e tudo mais que se faça necessário; podendo ainda, gerir e administrar os negócios da empresa outorgante, conforme a cláusula "Ad Negocia", podendo assinar contratos, distratos e aditivos contratuais que estejam direta ou indiretamente ligados ao objeto social da outorgante, representar a outorgante perante empresas públicas e privadas, podendo promover cobranças comerciais extrajudiciais e judiciais, passar recibos e conferir quitações, representar a outorgante perante à quaisquer repartições públicas Estaduais, Municipais, Federais e Autárquicas, inclusive Receita Federal do Brasil, Secretarias de Fazenda Estadual e Municipal, Juntas

bom, firme e valioso, para o fiel cumprimento do presente mandato, podendo inclusive substabelecer. E, de como assim o disse me pediu e lhe fiz lavrar este instrumento, que lido e achado em tudo conforme, outorga, aceita e assina. Fica o outorgante plenamente ciente das responsabilidades assumidas e advertido das implicações legais por seus atos. Os elementos e dados contidos neste instrumento foram fornecidos e declarados pelas partes citadas, ficando responsáveis e comprometidos por sua veracidade, bem como por qualquer incorreção, respondendo civil e criminalmente pelo que ora outorga. E, como me disse, do que dou fé, me pediu lhe lavrasse o presente instrumento que lido e achado em tudo conforme vai assinado pelo outorgante, que dispensa para o presente ato a presença das testemunhas, na forma do previsto pelo Provimento nº pelo Artigo 240 da CNCJ/RJ e do Provimento nº 12/2009 e da Lei Federal nº 6952 de 06 de novembro 1981. **Foi realizada consulta ao sistema MAS da CGJ-RJ, nesta data, com ocorrência de óbito não encontrada. CERTIFICO**, que as custas devidas no presente ato, foram recolhidas ao cartório de acordo com a Portaria nº 1863/2021 da CGJ/RJ, Publicada no DO/RJ de 28/12/2021, a saber: R\$ 303,99 (Emolumentos - Tabela VII, nº 01 - Item 1) + R\$ 29,76 (Comunicações ao DOI, Distribuidor, CENSEC e Confirmação de Escritura) + R\$ 12,84 (Arquivamento - Tabela 01, Item 04) + R\$ 69,31 (Adicional 20% - Lei 3217/99) + R\$ 17,32 (Adicional 5% do FUNPERJ - Lei 4664/05) + R\$ 17,32 (Adicional 5% do FUNPERJ - Lei 111/2006) + R\$ 13,86 (Adicional 4% do FUNARPEN - Lei 6.281/12) + R\$ 6,07 (Adicional 2% do PMCMV - Lei 6370/12) + R\$ 6,93 (Adicional 2% do ISS - Lei Estadual nº 6.370/12, acrescido da Lei Estadual nº 7.128/15) + R\$ 33,97 (Distribuição). **Eu, (As.), ANDERSON BORGES DE ANDRADE, Substituto, matrícula nº 94/13823, lavrei, conferi, li, subscrevo e assino colhendo as assinaturas. Eu, (As.), ANGELA MARIA TOZO, Substituta Legal, matrícula nº 94/136, encerro o ato. (As.) A.S. ESPINDOLA CONSTRUÇÕES E REFORMAS LTDA - SÓCIA ADMINISTRADORA: CAROLINA RAMOS MORAES. "TRASLADADA NA MESMA DATA". Eu, , Substituto, subscrevo e assino em público e raso.**

Em Testº da VerdadeCARTÓRIO 1º OFÍCIO DE NITERÓI/RJ
Anderson Borges de Andrade
Substituto
Matr. 94/13823CARTÓRIO 1º OFÍCIO DE NITERÓI/RJ
Anderson Borges de Andrade
Substituto
Matr. 94/13823Poder Judiciário - TJERJ
Corregedoria Geral da Justiça
Selo de Fiscalização Eletrônica
EEEZ 61291 FTE
Consulte a validade do selo em
www4.tjrr.jus.br/Portal-Extrajudicial



RAFAEL ANTONIO DOS SANTOS

TABELIÃO E OFICIAL

Avenida Ernani do Amaral Peixoto, 500, loja 102, centro - Niterói/RJ - CEP: 24 020-077
Fones.: (021) 2622-9865 / 2622-2129 / 2719-9208 / 2719-7288 / 2719-7675

CARTÓRIO 4º OFÍCIO DE NITERÓI/RJ
Anderson Borges de Andrade
Substituto
Matr. 94/13823

**PROCURAÇÃO BASTANTE
QUE FAZ: CAROLINA RAMOS
MORAES, na forma abaixo:**

Livro: 1382

Folha: 190

Ato: 108

Traslado

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ

Processo nº 2441

Data do início: 21 / 12 / 22

Rubrica: [assinatura] Fis. 40


S A I B A M, quantos este público instrumento de procuração virem que aos quatro (04) dias do mês de outubro, do ano de dois mil e vinte e dois (2022), nesta Cidade de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, neste Cartório do 4º Ofício de Notas, com sede à Avenida Ernani do Amaral Peixoto nº 500, Loja 102, Centro e do qual é Titular **RAFAEL ANTÔNIO DOS SANTOS**, Notário e Oficial de Registro, conforme art. 2º da Lei nº 8935/94, e ato executivo nº 2997, publicado no Diário Oficial de 13-11-1998, perante mim **ANDERSON BORGES DE ANDRADE**, Substituto, matrícula nº 94/13823, conforme Lei Federal nº 8.935 de 18/11/1994, publicado no Diário Oficial de 21/11/1994, compareceu como outorgante: **CAROLINA RAMOS MORAES**, nascida em 12/01/1991, filha de Luiz Claudio Pedroza Moraes e Eledir Ramos Moraes, brasileira, solteira, engenheira, portadora da carteira nacional de habilitação nº 05234208947 expedida pelo DETRAN/RJ em 23/09/2021 e inscrita no **CPF/MF sob o nº 143.882.397-55**, residente e domiciliada na Rua Coronel Moreira Cesar, nº 322, bloco B, apto 203, Icaraí, Niterói/RJ, endereço eletrônico: não declarado. Reconhecida como a própria por haver exibido os documentos hábeis, e pela mesma me foi dito, que por este público instrumento nomeia e constitui seu bastante procurador: **CASSIO HENRIQUE TEIXEIRA DOS SANTOS**, nascido em 23/10/1980, filho de Oswaldo Teixeira dos Santos e Maria Helena dos Santos, brasileiro, casado, arquiteto, portador da carteira nacional de habilitação nº 01221605952 expedida pelo DETRAN/RJ em 06/04/2021 e inscrito no **CPF/MF sob o nº 979.285.690-00**, residente e domiciliado na Rua Dr. Paulo César, nº 07, Ap. 1702-B, Icaraí, Niterói/RJ, endereço eletrônico: não declarado. A quem confere especiais poderes para junto à sociedade empresária **A.S. ESPINDOLA CONSTRUÇÕES E REFORMAS LTDA**, atuando sob o nome fantasia de **ADJ CONSTRUÇÕES E REFORMAS**, inscrita no **CNPJ sob o número 24.274.963/0001-41**, com sede e respectivo domicílio à Rua Dr. March, 457, Barreto, Niterói-RJ, CEP 24110-651, da qual é sócia administradora, sendo titular de 70% das quotas sociais. Dentre os poderes outorgados estão: zelar por seus interesses, podendo deliberar sobre qualquer assunto, dar ou negar o seu consentimento para os negócios a serem realizados, examinar livros, comprovantes, documentos, convocar reuniões internas e externas na forma do contrato social (na omissão deste, de acordo com a legislação pertinente), concordar ou impugnar balanços, assinar todos os papéis e documentos que pela OUTORGANTE devam ser assinados relativos a condição de sócia da sociedade empresária, prorrogar, alterar, reincidir e exercer o seu direito de retirar nos termos do contrato social, ainda, celebrar contratos, com os mesmos sócios ou novos sócios, estipular cláusulas e condições. São poderes específicos do OUTORGADO: transigir, receber, dar e aceitar quitação quando distribuição de participação nos resultados sociais (LUCROS) pagos a época prevista no contrato social ou de forma antecipada, ainda, enfim, com a mais

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ

Processo nº 2443

Data do início: 23 / 12 / 22

Rubrica:  Fls. 43

achado em tudo conforme, outorga, aceita e assina. Fica a outorgante plenamente ciente das responsabilidades assumidas e advertido das implicações legais por seus atos. Os elementos e dados contidos neste instrumento foram fornecidos e declarados pelas partes citadas, ficando responsáveis e comprometidos por sua veracidade, bem como por qualquer incorreção, respondendo civil e criminalmente pelo que ora outorga. E, como me disse, do que dou fé, me pediu lhe lavrasse o presente instrumento que lido e achado em tudo conforme vai assinado pelo outorgante, que dispensa para o presente ato a presença das testemunhas, na forma do previsto pelo Provimento nº pelo Artigo 240 da CNCJ/RJ e do Provimento nº 12/2009 e da Lei Federal nº 6952 de 06 de novembro 1981. **Foi realizada consulta ao sistema MAS da CGJ-RJ, nesta data, com ocorrência de óbito não encontrada. CERTIFICO**, que as custas devidas no presente ato, foram recolhidas ao cartório de acordo com a Portaria nº 1863/2021 da CGJ/RJ, Publicada no DO/RJ de 28/12/2021, a saber: R\$ 303,99 (Emolumentos - Tabela VII, nº 01 - Item I) + R\$ 29,76 (Comunicações ao DOI, Distribuidor, CENSEC e Confirmação de Escritura) + R\$ 12,84 (Arquivamento - Tabela 01, Item 04) + R\$ 69,31 (Adicional 20% - Lei 3217/99) + R\$ 17,32 (Adicional 5% do FUNDPERJ - Lei 4664/05) + R\$ 17,32 (Adicional 5% do FUNPERJ - Lei 111/2006) + R\$ 13,86 (Adicional 4% do FUNARPEN - Lei 6.281/12) + R\$ 6,07 (Adicional 2% do PMCMV - Lei 6370/12) + R\$ 6,93 (Adicional 2% do ISS - Lei Estadual nº 6.370/12, acrescido da Lei Estadual nº 7.128/15) + R\$ 33,97 (Distribuição). **Eu, (As.), ANDERSON BORGES DE ANDRADE, Substituto, matrícula nº 94/13823, lavrei, conferi, li, subscrevo e assino colhendo as assinaturas. Eu, (As.), ANGELA MARIA TOZO, Substituta Legal, matrícula nº 94/136, encerro o ato. (As.) CAROLINA RAMOS MORAES. "TRASLADADA NA MESMA DATA". Eu, , Substituto, subscrevo e assino em público e raso.**

Em Testº  da Verdade

CARTÓRIO Nº OFÍCIO DE NITERÓI
Anderson Borges de Andrade
Substituto
Matr. 94/13823



Poder Judiciário - TJERJ
Corregedoria Geral da Justiça
Selo de Fiscalização Eletrônico
ZEEZ 61292 HVC
Consulte a validade do selo em:
www4.tjrr.jus.br/Portal-Extrajudicial/c

CARTÓRIO Nº OFÍCIO DE NITERÓI
Anderson Borges de Andrade
Substituto
Matr. 94/13823



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ

Processo nº 24421

Data do início: 11 / 12 / 22

Rubrica: 8 Fls. 42

A Direção

A Presidência

M. 888050

22/12/22